

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Lula Marques/Agência Brasil

Comissão de Orçamento: é aqui que o jogo acontece

Lula pode levar um escândalo potencial para a Esplanada

Desde o início do governo, já foram liberados mais de R\$ 15 bilhões em emendas orçamentárias. Na Esplanada dos Ministérios, não é incomum ouvir comentários de que, em algum momento, irá estourar algum novo escândalo do orçamento. Há quem ache mesmo que reside aí a hesitação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fechar a negociação com o Centrão. No final

do dia, a minirreforma ministerial estava empacada outra vez. O interesse do grupo é comandar pastas que possuam esses recursos e capilaridade suficiente para que tais verbas venham a ser enviadas para os municípios das bases dos parlamentares. Esse é o interesse. Ao fazer a negociação, o governo precisa ter a garantia de que haverá um mínimo de controle.

Esporte

A pretensão do governo é oferecer ao PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o Ministério do Esporte. Em princípio, a pasta comandada hoje por Ana Moser parecia servir, justamente porque há ali a chance de pulverizar recursos para os municípios.

Pouco

Ao final, porém, o PP parece ter achado pouco. Quer mais verbas. E o governo estuda engordar, então, o orçamento do Esporte agora. O que o partido de Lira queria mesmo era o Desenvolvimento Social, com todos os seus programas para a população mais pobre.



Valter Campanato/Agência Brasil

Acerto na reeleição de Lira manteve o poder orçamentário do Congresso

O risco está na alta pulverização de recursos

Quem conhece a forma como os recursos orçamentários se distribuem avalia que o grande risco está mesmo na pulverização grande. Como aconteceu no chamado caso das escolas fake, quando diversos recursos para construção de escolas foram enviados em valores que não davam sequer para levantar uma pare-

de. Há uma linha de cor-te nas auditorias: abaixo de determinado valor, as destinações não passam pelos crivos da Controladoria Geral da União e dos tribunais de contas. Esse o risco: destina-se recurso para diversos municípios. O valor de cada destinação é baixo e não se vigia. Mas, somado, o volume total é alto.

Escolas

O caso das escolas fake não é o único caso de investigação a essa altura de destinação orçamentária. Há a investigação também dos kits de robótica em Alagoas e das verbas da Codevasf que envolvem o ministro das Comunicações, Juscelino Filho.

Secreto

Desde o orçamento secreto, o poder do Congresso na destinação das verbas orçamentárias acentuou-se como nunca. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha proibido as emendas de relator, as RP-9, o acordo feito na reeleição de Arthur Lira manteve as verbas.

Lula

Segundo informações, Lula está preocupado com esse potencial de escândalo. E comenta que não quer virar um eterno refém de uma situação na qual o Centrão pressiona a cada votação e ele cede de uma maneira que seja interminável. Esse jogo precisa ter um limite.

Sindicalista

No fundo, ele comenta que há um pouco mesmo da experiência de líder sindical. Nas negociações, ele precisava saber quando lhe era ou não conveniente pressionar o patrão com a ameaça de uma greve. É preciso que os dois lados sempre saibam a hora de esticar a corda.

Lula demite Ana Moser para dar Esportes ao PP

Silvio Costa deverá ir para Portos e Aeroportos, tirando Márcio França. Será mesmo o fim da novela ministerial?

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Rudolfo Lago

É mais um capítulo do feminicídio político. Depois de Daniela Carneiro no Turismo, substituída por Celso Sabino, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu demitir outra mulher para abrigar políticos do Centrão no primeiro escalão. No final da tarde de ontem, Lula comunicou à ex-campeã de vôlei Ana Moser que ela deixará o Ministério dos Esportes. A intenção de Lula é entregar a pasta ao líder do PP na Câmara, André Fufuca (MA). O final do acerto com o grupo comandado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), visa dar Portos e Aeroportos para o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). O anúncio oficial poderá acontecer hoje.

Apesar da conversa de Lula com Ana Moser, ainda não se pode dizer que tudo esteja acertado. Durante todo o dia, o PP enviou sinais de que poderia no final não aceitar o ministério hoje ocupado por Ana Moser. Sinalizava que considerava a oferta pouca. O PP cobrava o Ministério do Desenvolvimento Social, e Lula chegou mesmo a considerar entregá-lo, retirando, porém, o Bolsa Família da pasta. Depois, recuou da possibilidade. Iria desprestigar o ministro Wellington Dias, senador eleito no Piauí, estado que proporcionalmente deu mais votos a Lula. Também acabaria privilegiando o partido presidido pelo maior adversário regional de Wellington, o senador e presidente do PP, Ciro Nogueira.

Com o recuo, Lula passou a negociar os Esportes. Em princípio, parecia que estava tudo certo. A pasta tinha a capilaridade



E o troféu não irá no final para Ana Moser...

desejada para pulverizar recursos orçamentários pelo país, o principal interesse do Centrão. Mas julgou-se depois que o tamanho total do orçamento seria pequeno. O governo cogita engordá-lo. Mas as informações é de que à noite ainda havia resistências.

Portos e Aeroportos

Se o PP aceitar de fato o Ministério com o feminicídio de Ana Moser, a outra pasta negociada com o Centrão seria Portos e Aeroportos. Não, porém, também sem problemas. O atual ministro, Márcio França, reagiu ontem à fritura. Ex-governador de São Paulo que substituiu no cargo Geraldo Alckmin, foi França o artífice da aproximação do atual vice-presidente com Lula.

Para abrigar Silvio Costa Filho, Lula teria que tirar Márcio França. Cogitou-se deslocá-lo

para Ciência e Tecnologia, o que geraria um novo feminicídio político, já que a atual ministra é Luciana Santos, do PCdoB. Ou deixar Márcio França sem cargo algum.

Nas reações, Márcio França ainda cobrou o fato de ter sido impedido de disputar o governo de São Paulo no ano passado, que era a sua pretensão. Acertou-se sua saída para apoiar a candidatura do atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do PT, que acabou derrotado pelo atual governador, Tarcísio de Freitas. Tarcísio é justamente de Republicanos, o partido que agora ganharia Portos e Aeroportos, defenestrando Márcio França.

Lula teria, então, uma conversa com o próprio Geraldo Alckmin para que o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio o ajudasse na solução.

Índia

Nenhuma dessas mexidas foi ainda oficialmente confirmada pelo governo. Até porque elas agora dependem de fato da aceitação dos ministros e dos partidos. Embora tudo pareça mais pacífico no Republicanos, há ali também resistências. A mais forte é justamente de Tarcísio de Freitas, que chegou a declarar que sairia do partido caso ele passasse a integrar a base de Lula.

Se Lula conseguir resolver tudo, sua intenção é anunciar oficialmente as trocas ministeriais nesta quarta-feira. Na quinta-feira (7), Dia da Independência, no final do dia Lula embarcará para uma nova viagem internacional. Irá à Índia, para a reunião do G-20, grupo dos 20 países mais ricos do mundo. Adiar novamente a reforma poderia ser um risco.

Conselho de Ética segue arquivando processos contra deputados

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A última reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados julgou o caso de quatro deputados federais, mas não julgou nenhum deles como culpados. Na terça-feira (05), o Conselho arquivou os processos contra as deputadas Talíria Petrone (PsoL-RJ) e Juliana Cardoso (PT-SP) e adiou a votação dos inquéritos contra os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Márcio Jerry (PCdoB-MA).

Durante a reunião, o deputado federal Mário Heringer (PDT-MG) declarou que "não cabe aos parlamentares transformarem o conselho em mecanismos de disputas partidárias". Caso um dos investigados seja considerado culpado, ele pode perder o mandato.

Talíria Petrone

O Partido Liberal abriu a Representação 6/23 contra a deputada, acusando-a de quebra de decoro parlamentar ao dirigir supostos ataques ao deputado Ricardo Salles (PL-SP), durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Movimento dos Sem Terra (MST), comissão da qual ele é relator. O parecer pelo arquivamento foi aprovado por 11 votos a favor e dois contra.

Durante as sessões, Talíria Petrone afirmou que Salles, que foi ministro do Meio Ambiente durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), fraudou mapas e tinha relação com o garimpo. O relator do caso, deputado Rafael Simoes (União-MG), entendeu que não há justa causa para dar seguimento ao processo.



Conselho vem arquivando processos à esquerda e à direita

"Não vislumbramos que tenha havido abuso apto a justificar a punição ética disciplinar. Afinal, a representada, conforme apontado em sua defesa prévia, apenas reproduziu informações de consulta ampla e pública", declarou o relator.

Em sua defesa, a deputada afirmou que não proferiu "nenhuma calúnia ou mentira" já que suas acusações estavam respaldadas "nos autos de acusações em que o relator da CPI do MST é réu".

Juliana Cardoso

A Representação 5/23, que foi arquivada por 13 votos a favor e dois contra, foi aberta pelo Progressistas. O PP acusa a deputada, que é uma mulher indígena, de quebra de decoro parlamentar por chamar de "assassinos" os parlamentares que são favoráveis à urgência do projeto que trata do marco temporal de demarcação

de terras indígenas (PL 409/07).

O relator da proposta, deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR), disse que os parlamentares estão sujeitos ao erro. "Eu sei que, quando mexe com nossa terra, com nosso povo, é doído. Não é por um erro, uma frase mal colocada naquele momento de impulso, de emoção, que você vai pagar com o resto do mandato e nem manchar sua imagem", declarou o relator da medida.

Em sua defesa, Juliana Cardoso disse que a medida chama a atenção para a violência política. "Se ali o presidente Lira se sentiu ofendido, pode entender que não foi a ele. Mas estava fazendo uma defesa do meu povo, do meu sangue. A relação do marco temporal bate diretamente na vida do nosso povo indígena, não tinha como eu não estar ali fazendo uma frente a uma defesa da vida do meu povo", afirmou a parlamentar.

Votação adiada

A Durante a sessão desta terça, o Conselho de Ética também decidiu adiar a votação das Representações 2/23 e 7/23, respectivamente, contra os deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Jerry é acusado pelo PL de ter assediado sexualmente a deputada Júlia Zanatta (PL-SC). Ele nega a acusação. Já Eduardo Bolsonaro é acusado pelo PT de ofender o deputado Dionílson Marcon (PT-RS) durante uma reunião da Comissão de Trabalho, em 19 de abril.

O parecer pelo arquivamento do processo contra Márcio Jerry já havia sido apresentado em 2 de agosto pelo relator do tema, deputado Ricardo Maia (MDB-BA), que não viu justa causa para que o processo tivesse prosseguimento. A votação, contudo, tem sido adiada desde então.

O relator do processo contra Eduardo Bolsonaro, deputado Josenildo Abrantes (PDT-AP), disse que, inicialmente, considerava que o parlamentar abusou de seus direitos e prerrogativas de deputado e iria seguir com caso. Porém, após ouvir os votos de seus colegas, ele voltou atrás e disse que a fala dele pode ter acontecido "no calor da emoção", já que a discussão envolvia o pai de Eduardo, Jair Bolsonaro. O deputado Chico Alencar (PsoL-RJ) pediu vistas do processo, argumentando que o próprio Eduardo Bolsonaro não estava presente para se defender. Com isso, a votação foi adiada.